



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

PAULO RUBENS DE SOUZA FILHO

DRE: 116208049

CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

RIO DE JANEIRO

2022

Paulo Rubens de Souza Filho

CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Ana Paula F. Rodrigues Pêgo

RIO DE JANEIRO

2022

## **RESUMO**

O presente estudo tem como fundamento analisar as informações relevantes para o funcionamento do controle financeiro de uma entidade sem fins lucrativos. O mesmo bem realizado é indispensável para que seus recursos sejam utilizados com a finalidade correta, e que cumpram com a proposta da entidade sem desperdícios ou desvios. O terceiro setor é composto por iniciativa privada e organizações voluntárias, que tem por função o desenvolvimento humano. Este controle garante a realização das metas traçadas, e influencia totalmente nas tomadas de decisão. A captação de recursos é o ponto principal, pois sem estes não se tem a continuidade do trabalho, então um roteiro desta gestão deve ser bem transparente e bem elaborado, para a realização do projeto. Sob a ótica de fluxos de caixa, contas a pagar, receber e bancos veremos os métodos utilizados e estudos necessários dentro destas entidades. E a contabilidade é muito importante para contribuir para este setor, disponibilizando várias técnicas de controle e planejamento para maior segurança, além de organizar pelos demonstrativos contábeis as informações econômicas e financeiras. Assim, o grande fundamento é fornecer o que de mais relevante se pode fazer para uma análise mais assertiva possível, em prol de uma boa gestão de entidades do terceiro setor.

**Palavras-chave:** Entidade Sem Fins Lucrativos; Financeiro; Contabilidade.

## **ABSTRACT**

The present study is based on analyzing the relevant information for the functioning of the financial control of a non-profit entity. The same well done, it is indispensable for its resources to be used with the correct purpose, and that they comply with the entity's proposal without waste or deviations. The third sector is composed of private initiative, voluntary organizations, whose function is human development, and this control guarantees the achievement of the goals set, and fully influences decision-making. Fundraising is the main point, because without these there is no continuity of the work, so a script for this management must be very transparent and well prepared, for the project to be carried out. From the perspective of cash flows, accounts payable, receivable, banks, we will see the methods used and necessary studies within these entities. And accounting is very important to contribute to this sector, providing various control and planning techniques, providing greater security, in addition to organizing economic and financial information through accounting statements. Thus, the great foundation of this article is to provide the most crucial thing that can be done for a more correct and creative analysis possible, in favor of a good management of third sector entities.

**Keywords:** Non-Profit Entity; Financial; Accounting.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1 Problemática .....	7
1.2 Objetivos.....	8
<b>1.2.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>8</b>
1.3 Justificativa.....	9
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Contabilidade.....	11
2.2 Demonstrações Contábeis.....	13
2.3 Contabilidade e Terceiro Setor .....	17
2.4 Controle Financeiro Nas Organizações Não Governamentais .....	22
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em todo e qualquer tipo de negócio se busca uma estabilidade e um poder competitivo grande dentro do seu mercado, com o objetivo de alcançar uma boa trajetória e suas metas serem cumpridas. As organizações do terceiro setor não são diferentes e necessitam de uma boa gestão e pessoas capacitadas e, principalmente, um controle interno financeiro para melhor condução de suas atividades.

E as entidades que trabalham sem fins lucrativos são muito importantes economicamente em uma sociedade, já que suprem a necessidade de atender aos que precisam e dão assistência em locais que um governo, por exemplo, não consegue atender. As mesmas normalmente têm suas atividades impulsionadas por doações, contribuições, patrocínios e um bom fluxo de caixa demonstrando as entradas de recursos e saídas por despesas é fundamental para análise, podendo assim enxergar melhor no que pode evoluir.

A contabilidade é imprescindível neste setor, que possui algumas isenções tributárias e imunidades, por não distribuírem qualquer parcela de patrimônio ou de suas rendas a qualquer título, pela aplicação integral de seus recursos em seus objetivos institucionais, e manterem escrituração de receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. A isenção tributária, está prevista em leis específicas e não abrangem todos os tributos, ou seja, apesar destes benefícios citados, as organizações não governamentais devem também pagar impostos. Então é interessante e crucial uma boa contabilidade para cuidar dessa parte.

Nestes parágrafos acima, podemos ver alguns dos motivos pelo qual uma entidade deve prezar por um trabalho contábil e financeiro digno e bem feito, dado que são diversas as fontes de seus recursos e a circulação de seu capital pode ter maiores dificuldades, já que não visam o lucro, mas apenas o uso adequado e da melhor forma para seu propósito. Assim, o conhecimento técnico e específico é preciso para o equilíbrio das inúmeras formas de arrecadação e de suas saídas sob a ótica contábil e financeira.

As demonstrações financeiras podem ser alcançadas através das informações contábeis, e é primordial no contexto econômico e empresarial, não se limitando só nas entradas de valores de terceiros, mas também regularidades e cumprimento legal de seu papel, auxiliando seus gestores nas tomadas de decisões. A contabilidade se torna um sistema de informação

estruturado, mostrando como seus recursos foram aplicados com transparência no gerenciamento dos mesmos, que permite comprovar a legalidade dos atos. Essa transparência é necessária, visto que, uma vez a entrada de capitais, independente de sua origem, os provedores se interessam em saber se suas doações estão sendo aplicadas de fato em seus objetivos institucionais.

Algo que tem que ficar claro com este trabalho é que apesar de se tratar de entidades que não buscam o lucro, não estão excluídas suas responsabilidades de evitar saldos negativos. Na verdade, isso acontecendo pode ser um indício de uma má administração. Por outro lado, não é simples uma boa gestão. Só quem acompanha de perto consegue ver as responsabilidades e a funcionalidade de sua realidade financeira.

Em alguns casos, essas instituições trabalham com contadores que colaboram com a tributação de certos em certos períodos, e não tem alguém a disposição com técnicas para avaliar a gestão de seus recursos no dia a dia. Por isso, foi dito que não é tão simples uma boa gestão. Para muitas entidades é uma grande dificuldade, por conta do auxílio remoto e pouco acesso ao conhecimento técnico constante. E isso afeta diretamente não só uma análise financeira saudável, mas também a execução de seus serviços, que correm o risco de não serem feitos da melhor maneira. Destaca-se a importância da elaboração de um processo orçamentário.

## 1.1 Problemática

Atualmente podemos dizer que temos três setores distintos. O primeiro é o estado, o segundo é o mercado, e o terceiro são as entidades sem fins lucrativos. Este último, nasceu com a meta de suprir as necessidades que nem o primeiro e nem o segundo setor conseguem suprir, com o objetivo de transformar a sociedade em mais humana e economicamente mais justa.

Conforme dito anteriormente, as entidades sem fins lucrativos suprem uma necessidade do governo em alcançar lugares em que o mesmo não consegue chegar e ajudar por diversos motivos. E isso vem sendo um fato muito importante, já que é obrigação do Estado fornecer o que é considerado básico para uma população, como alimentação, saúde, educação de qualidade, e outros.

Dessa forma, essas entidades eram e são fundamentais para uma sociedade que passa por tantas dificuldades e assumem um papel, que apesar de não ser obrigatório, as tornam indispensáveis. Elas surgem a partir de um grupo, independente do número de pessoas, sem a finalidade de lucrar, focadas em atender os que precisam de vários jeitos.

É nesse contexto que entra a importância de controles financeiros eficientes, que são relevantes para o desempenho das organizações em suas metas, sendo a base para tomadas de decisão. Esta base deve ser digna e fiel aos fatos. Por muitas vezes a falta de ferramentas disponíveis, como profissionais a disposição e um sistema de qualidade, pode gerar prejuízos que inviabilizem essas entidades.

Assim, o terceiro setor vem crescendo e sendo cada vez mais uma peça chave dentro do cenário nacional, não só pela ajuda prática em si, mas na influência que se tem na política, ditando o ritmo de uma sociedade. E a transparência de seus dados financeiros são fundamentais para este contexto facilitando, inclusive, a entrada de mais recursos no momento em que é demonstrado o valor da utilização do capital, compatível com a proposta inicial.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho, é fundamentar a importância dos setores financeiros e contábeis dentro de uma entidade sem fins lucrativos.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar os processos internos de planejamento e controle das organizações do terceiro setor.

Descrever a metodologia utilizada com as informações fornecidas para tomadas de decisão.

Identificar a importância na prática dos sistemas financeiro e contábil dentro das organizações.

### 1.3 Justificativa

As organizações sem fins lucrativos estão cada vez mais incluídas no cenário social e econômico mundialmente falando, e citando o nosso país, o Brasil, elas têm destaque em vários ramos, como no religioso, educacional, social e constroem um ser humano melhor em todos os sentidos, pelo desenvolvimento causado no mesmo.

E esta pesquisa se baseia nas dificuldades dos administradores dessas entidades para controlar essas associações, que existem pela busca de várias pessoas com um objetivo de criar uma sociedade melhor, com um cidadão que exerça de fato sua cidadania de forma correta e honesta, com pessoas menos necessitadas. E no mundo capitalista aonde o principal objetivo de uma organização se baseia em lucro, não é nada fácil para um gestor, administrar e cuidar de uma entidade que não busca nenhuma renda que ultrapasse seus gastos.

Com essas questões citadas, este estudo busca uma atenção maior para estas organizações, que tem extrema importância e fazem a diferença na vida de boa parte das pessoas envolvidas. Decisões de qualidade devem ser tomadas para fomentar o crescimento das entidades sem fins lucrativos e estimulando o surgimento de novas entidades e com isso contribuir para o desenvolvimento desse setor.

O controle financeiro e contábil, especificamente no terceiro setor, devem ser bem tratados, identificando os problemas a serem solucionados, o desenvolvimento que pode se ter com metas e objetivos mais claros e bem direcionados..

E o segredo da continuidade não só dessas entidades, como em qualquer tipo de negócio que tenham fins lucrativos ou não, é gerir os recursos com a competência necessária. E falando exclusivamente das entidades sem fins lucrativos, por contarem com doações e captação de recursos externos como a principal forma de gerar capital, a receita está sempre em variação e bastante limitada. Mesmo assim, as despesas são parte de qualquer negócio e devem ser pagas para o funcionamento e continuidade.

O planejamento é uma ferramenta que deve ser utilizada obrigatoriamente, pois dessa forma o gestor tomará suas decisões, e o fluxo de caixa como suporte auxilia para previsões e análises, mostrando os saldos futuros com os créditos e débitos que acontecerão em certo período. O fluxo relaciona os ingressos e desembolsos financeiros da entidade, tendo o contas

a pagar e o contas a receber como a mecânica dessas movimentações, e o banco para análise dos saldos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contabilidade

A contabilidade é uma ciência de natureza social em relação às finalidades, na medida em que torna possível obter uma visão sobre as situações econômico-financeiro, bem como auxilia o aumento da riqueza da empresa. Como metodologia, ainda de acordo com os autores, é parcialmente social, em seus critérios valorativos, que emergem do ambiente social e econômico da empresa. É, ainda, ciência quantitativa, pois, conforme os autores, contempla em sua forma de materialização uma equação patrimonial básica, em que o Ativo = Passivo (SÁ, 2009).

A contabilidade tem o objetivo de fornecer informações aos usuários internos e externos, facilitando no processo decisório. Pode-se perceber que, em sua maioria, os empreendedores que obtêm êxito em suas atividades são aqueles que utilizam de informações que retratem fielmente o andamento do seu negócio, a fim da correta tomada de decisão. Em muitos casos, a falta de informações fidedignas acarreta em decisões equivocadas, contribuindo assim para o insucesso da entidade (SZUSTER; CARDOSO, 2013).

A Contabilidade fornece informações e relatórios através de registros e controles patrimoniais, obedecendo às leis tributárias, societárias e comerciais. De acordo com Oliveira (2000), a Contabilidade tem a função de gerar dados consistentes que influenciarão as decisões empresariais.

Marion (2012) entende também o objetivo da contabilidade como o de fornecer informações de caráter produtivo e social, atendendo todas as principais necessidades dos usuários das informações. Algo que fundamenta sua relevância tanto para o desenvolvimento empresarial como para o social, uma vez que seus processos são realizados visando um equilíbrio financeiro, econômico e social.

Segundo Szuster e Cardoso (2013), a contabilidade é uma ciência que tem como seu principal produto fornecer informações para a gestão da empresa. Através dela serão evidenciadas informações sobre a situação financeira, econômica e patrimonial.

A contabilidade é de suma importância em todas as empresas, serve como ferramenta de auxílio e organização, posto que indicará o futuro destas organizações independentemente de seu porte e setor (OLIVEIRA, 2000).

A contabilidade pode ser apontada como um instrumento capaz de organizar, padronizar e unificar as informações acerca da empresa e suas atividades, descrevendo principalmente a parte econômica e financeira da mesma. Um setor administrativo para realizar suas atividades de forma eficaz precisa ter conhecimento sobre tais informações, sendo-lhe apresentado não somente os valores acerca do que a empresa realiza mais também um relatório descritivo sobre os fatos ocorridos e uma apresentação do que precisa ser realizado para que a empresa alcance seus principais objetivos (SÁ, 2009).

Os princípios contábeis são: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência, prudência, atualização monetária. Os mesmos têm por principal objetivo promover toda assistência e orientação necessária para os gestores ou administradores das empresas, a fim de obter um melhor desempenho da empresa junto ao mercado e conseqüentemente sua estabilidade empresarial e comercial (MARION, 2012).

Nos últimos anos a contabilidade passou a ser observada como algo mais do que uma fonte de informações, a mesma passou a ter um valor gerencial muito importante para as empresas. Por meio de suas técnicas e práticas ela busca apresentar aos administradores as melhores saídas, ações ou até mesmo o planejamento mais preciso a ser realizado pela empresa. Diante disso podemos concluir que a contabilidade passou a ter uma grande valorização dentro das empresas, uma vez que tudo realizado pela mesma procura de uma forma prática transformar a empresa e seus processos mais eficientes (SÁ, 2017).

Observando a importância da contabilidade no processo decisório pode-se ressaltar que a mesma vem sendo aplicada em organizações de pequeno, médio e grande porte. Buscando sempre uma evolução eficiente das atividades empreendedoras realizadas, assim como avaliando aspectos financeiros importantes para um equilíbrio entre os investimentos realizados e os valores obtidos por meio da comercialização (OLIVEIRA, 2000).

## 2.2 Demonstrações Contábeis

A contabilidade pode ser descrita como uma área gerencial que tem a responsabilidade de apresentar informações sólidas e precisas sobre o desenvolvimento da empresa, realizando uma integração dos sistemas de informações com os relatórios precisos para uma avaliação financeira e econômica das empresas.

De acordo com Machado (2014), nas organizações que promovem atividades de assistência social, a contabilidade é realizada observando as particularidades das mesmas, assim como em observação aos requisitos descritos na Lei 6.404/76, sempre observando os aspectos atípicos, que foram regularizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Do ponto de vista contábil, vale destacar os esforços do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em integrar e consolidar normas técnicas contábeis para o Terceiro Setor, lançando recentemente a Norma para Entidades sem fins lucrativos (NBC TE), com o objetivo de estabelecer pontos mais característicos e voltados para as organizações de tais serviços, dessa forma os seus dados financeiros, patrimoniais e demais informações podem ser mensuradas de forma positiva e favorável a uma observação de como está sendo o desempenho financeiro, comercial e econômico.

Dada a importância da instituição fundadora, Grazioli (2011) destaca a necessidade urgente de uma norma jurídica específica, no caso do Brasil, que regule a atuação das fundações, estabeleça princípios próprios e garanta a segurança dos dirigentes da entidade fundadora, órgãos de controle e fiscalização, beneficiários das ações sociais desenvolvidas e sociedade civil.

Nas entidades do terceiro setor, o Capital passou a ser chamado de Patrimônio Social, que é apenas uma mudança de terminologia, e a conta funciona da mesma forma que nas empresas privadas:  $\text{Ativo} - \text{Passivo} = \text{Patrimônio Líquido}$ . Conforme menciona Machado (2014, p. 14)

[...] o balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os colaboradores.

Já Silva (2015, p.71) destaca que o “[...] balanço social deve demonstrar quais as políticas praticadas e quais os reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social”.

Desta forma, algumas mudanças devem ser feitas quando se referem às siglas ou abreviações que podem ser inseridas junto aos relatórios contábeis, com destaque para a Demonstração de Resultado, onde verifica-se os lucros e prejuízos obtidos em um determinado período com outro nome destacado no balanço social.

Ao mencionar as declarações exigidas por organizações sem fins lucrativos, o balanço social é uma conta importante para seus doadores, colaboradores e colegas. A esse respeito, Silva (2015, p. 25) esclareceu em seu livro:

[...] independentemente da terminologia adotada, é essencial para as entidades sem fins lucrativos evidenciar as ações dos gestores em termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas organizações.

O principal objetivo de uma entidade sem fins lucrativos é destacar todas as atividades realizadas pelos administradores durante um período específico conhecido como ano fiscal. Segundo Alves (2007, p. 60):

As demonstrações contábeis para as Entidades de Interesse Social devem: Fornecer informações de forma regular e tempestiva; Possibilitar o acesso do usuário as informações objetivadas; Apresentar ao usuário uma apreciação das transações realizadas durante o exercício social das Entidades de Interesse Social, bem como uma posição contábil ao final do ano.

De acordo com Grazioli (2011), há quatro diferentes atores para os quais a prestação de contas é essencial e deve ser realizada por entidades sem fins lucrativos; aos financiadores: patrocinadores de entidades, em obrigações contratuais com o poder público: por meio de legislação regulatória específica do setor; aos doadores eventuais e voluntários; aos beneficiários: são solicitantes das tarefas realizadas. A esse respeito, Machado (2014) faz importantes considerações sobre o conjunto mínimo de informações fornecidas nas demonstrações financeiras para que possam atingir seus objetivos:

As demonstrações contábeis devem conter um conjunto mínimo de informações que possibilite o conhecimento e análise da entidade. As informações que são elaboradas para a prestação de contas ao Governo necessariamente não são as mesmas informações que a diretoria ou os associados necessitam e vice-versa. A expansão e fortalecimento do Terceiro Setor é responsabilidade, em primeiro lugar, da própria sociedade que deverá instituir mecanismos de

transparência e responsabilização capazes de ensejar a construção de sua autoregulação. (MACHADO, 2014, p. 22).

Silva (2009) também destacou que como essas instituições sem fins lucrativos são muitas vezes apoiadas pelo poder público ou têm seus projetos subsidiados por doadores, é importante que forneçam informações financeiras corretas, claras e confiáveis. É importante tornar as práticas de responsabilidade dessas empresas sem fins lucrativos transparentes e fundamentadas nos códigos éticos válidos da sociedade que estejam fora das questões de preconceito e ceticismo da população e de seus funcionários.

A contabilidade tem, portanto, a função de dar transparência no âmbito das entidades do terceiro setor para atender a um requisito importante, o da transparência, visto que são beneficiárias de recursos públicos.

Para Braga (2019) as demonstrações contábeis devem ser preparadas e apresentadas para usuários externos de uma maneira geral visando suas finalidades distintas e necessidades diversas. Se o foco for elaborar demonstrações que forneçam informações úteis na tomada de decisões e avaliações para usuários em geral sem atender a finalidades e necessidades específicas, uma vez que a maioria as utiliza para tomada de decisões econômicas, as demonstrações devem ser elaboradas segundo a Estrutura Conceitual.

Observando as normas contábeis pode-se verificar que ao longo dos anos os demonstrativos contábeis passaram a ser unificados, buscando dessa forma, determinar uma estrutura a ser seguida pelas organizações, assim como pelos profissionais contábeis a fim de consolidar mais as informações apresentadas por meio dos mesmos.

Acredita-se que a execução dos serviços públicos de assistência social ou de saúde não tenha sido recentemente destinada a entidades privadas sem fins lucrativos, pois um levantamento histórico dessa atividade permitiria outro trabalho considerar o acesso universal dos cidadãos como igual e o objetivo da solidariedade; porém, em relação a esse rico tema no contexto do planejamento administrativo nos serviços públicos, o terceiro setor implica hoje uma nova concepção de administração pública e exige novas regulamentações em torno dela. Redistribuir tarefas e controlar as organizações que intervêm fortemente nesta parte dos serviços públicos; caso contrário, o papel do terceiro setor pode afetar até mesmo os serviços básicos (previdência e saúde) que ainda estão sob a tutela do Estado (HEILMANN, 2010).

A necessidade de conter os gastos públicos leva a administração estatal a distribuir suas funções públicas, herança da liberdade, em três partes: a) uma parte destinada à exploração econômica do mercado; b) outras funções públicas limitadas aos serviços sociais; e, por fim, c) A terceira função retém o controle público e a execução de parte da função de interesse público (HEILMANN, 2010).

Do ponto de vista contábil, vale destacar os esforços do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em integrar e consolidar normas técnicas de contabilidade para o terceiro setor brasileiro, com o mesmo objetivo de destacar quais normas ou procedimentos contábeis devem ser implementados nas contas públicas as instituições trabalham diariamente para obter e fornecer informações precisas sobre todas as ações ou atividades que realizam. Além de estabelecer relatórios e sua estrutura para melhor observar a evolução, e rotinas que são realizadas ao longo da campanha política.

Pode-se destacar como demonstrativo importante dentro do ambiente organizacional das entidades do terceiro setor o balanço patrimonial. O balanço patrimonial pode ser considerado a demonstração contábil principal, ele é um relatório contábil obrigado por lei, relata realmente qual a situação do patrimônio da empresa, sua situação econômico-financeira, podendo demonstrar sua situação em um mês, trimestre, semestre, anualmente ou períodos preestabelecidos (MELO et al., 2010). O mesmo retrata um equilíbrio entre os bens e direitos juntamente com as obrigações e a participação de acionistas. Ele demonstra o patrimônio da entidade tanto quantitativa quanto qualitativamente, de maneira organizada reflete o quanto valem os bens, direitos e obrigações.

O balanço patrimonial tem base na Lei 6.404/76 e na Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que regulamenta as sociedades por ações. É importante destacar que o Ministério da Fazenda, pelo Dec.-lei 1.598/77, estendeu as normas e princípios contábeis, introduzidos pela Lei 6.404/76, lei das S.A., às demais pessoas jurídicas que se submetem à tributação do imposto de renda com base no lucro real. As contas do balanço patrimonial representam o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa e são apresentadas em dois grandes grupos: ativo e passivo, e em seus vários subgrupos (BERTI, 2013).

O Balanço Patrimonial é importante para qualquer empresa, seja com finalidade lucrativa ou não. Ele demonstra de forma breve a situação financeira e econômica das empresas. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2013) conter informações tempestivas, de boa qualidade e

realizadas em tempo oportuno. Representa uma demonstração de diversas naturezas que compõe a riqueza da entidade, por isso é dita estática, e se refere ao estado patrimonial em determinado momento.

Segundo Paes (2014), as regulamentações propostas pela Lei 9.790/1999 visam apresentar determinadas características que os contadores ou outros profissionais da área administrativa devem respeitar. Graças a este regulamento, é possível uniformizar a forma como as informações devem ser apresentadas nos relatórios contabilísticos e determinadas informações financeiras devem ser descritas ao longo do relatório.

No geral, os dados contábeis do Terceiro Setor são os mesmos das empresas que visam a receita monetária. São elaborados da mesma forma que as instituições com fins lucrativos. A diversidade comumente é a forma de batizar os elementos que fazem atribuições na contabilidade e análises, como a mudança das palavras lucro e prejuízo para superávit e déficit e a mudança do balanço patrimonial, sua terminologia deve ser de conta de capital para patrimônio social.

### 2.3 Contabilidade e Terceiro Setor

A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos EUA para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 2011). Esse pode ser descrito como um dos pilares das atividades que podem ser incorporadas ao terceiro setor, todas voltadas mais para o contexto social e buscando melhorar a sociedade onde estão inseridas.

Entende-se que o terceiro setor é formado por entidades e organizações onde exercem suas atividades por meio de interesses coletivos em que possuem capacidade de gerar projetos e mobilizar recursos significativos para o desenvolvimento social da comunidade, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. As associações que compõem o terceiro setor sobrevivem, portanto, da arrecadação de doações, patrocínios e da venda de seus produtos (HADDAD, 2019).

De acordo com Andrade (2002, p. 12), o terceiro setor "pode ser conceituado como aquele que representa todas as iniciativas da sociedade civil organizada, baseada no trabalho

voluntário, na ação sem fins lucrativos e que visa o desenvolvimento social", mas, para o autor, esse conceito ainda é genérico e não leva em consideração a diversidade do setor.

O Terceiro Setor inclui entidades sem fins lucrativos que desempenham funções de grande importância na sociedade. Essas instituições visam arrecadar doações e reunir voluntários para ajudar em eventos ou arrecadações de fundos para que continuem funcionando (SMITH, 2011).

O Terceiro Setor é formado por diversas entidades, portanto a gestão deve ser democrática, pois não há prioridade em vincular e satisfazer economicamente o interesse de empresas privadas e, por outro lado, a parceria com o Estado apenas facilita o controle e fiscalização de seus recursos para garantir o bem-estar da sociedade, portanto, o terceiro setor encontra dificuldades em gerir os recursos públicos em benefício do desenvolvimento social, pois a falta de instrumentos de reconhecimento que cultivem a parceria com o estado e objetivos vagos comprometem sua efetividade para a população (KOHAMA, 2013).

O terceiro setor aparece como uma dimensão do espaço público nas sociedades civis: uma área intermediária ao invés de um setor bem definido. As organizações do terceiro setor são entendidas como organizações polivalentes cujos papéis sociais e políticos podem ser tão importantes quanto os econômicos; eles são retratados como híbridos, combinando recursos e lógicas de diferentes setores. Conseqüentemente, nas políticas atuais de "pluralismo de bem-estar" a ênfase está mais nas combinações "sinérgicas" de recursos e fundamentos do que em meras questões de processos de substituição entre diferentes setores de provisão (HADDAD, 2019).

Em geral, os dados contábeis do terceiro setor são compilados da mesma forma que as empresas que visam a receita monetária, como para as instituições com fins lucrativos, e a diversidade é geralmente analisada na nomenclatura dos elementos de atribuição contábil, como de lucros e perdas a supervenientes. balanço patrimonial, seu termo deve ser da conta de capital para o patrimônio.

Kruger, Borba e Silveira (2012, pp. 1-22) afirmam que "as entidades do terceiro setor devem apresentar suas demonstrações contábeis de forma clara e transparente, evidenciando os recursos recebidos e sua aplicação".

De acordo com a relevância do autor acima, também é verdade que conhecer o desempenho passado de uma instituição com base em informações contábeis também é

essencial para o governo, o que essa instituição agregará e construirá em um futuro próximo, traça estratégias com “n ” cenários, acontecimentos e dificuldades a enfrentar, utilizando a contabilidade como suporte de gestão empresarial.

Segundo Almeida (2001, p. 15), o planejamento estratégico “é uma ferramenta que os gestores utilizam para organizar o pensamento das pessoas a fim de desenvolver uma visão de um caminho a seguir”. Dessa forma, percebe-se que identificando corretamente os erros e fazendo um planejamento estratégico, é possível determinar os pontos fortes e fracos da empresa, possibilitando uma gestão satisfatória dos serviços prestados e os consequentes esclarecimentos aos superiores.

O terceiro setor tem uma personalidade própria, que muitos autores tentaram santificar, Olak e Nascimento (2010, p. 6) mostram que no terceiro setor, “as características básicas e específicas das entidades sem fins lucrativos são: o lucro não é o que são, mas como um meio necessário para garantir a continuidade e a realização de seus propósitos institucionais”

No caso das finalidades ou objetivos traçados junto as organizações desse segmento devem ter por base o desenvolvimento social, assim como identificar quais procedimentos podem ser inseridos em suas rotinas para obter um melhor rendimento ou resultado. Vale ressaltar que nesse tipo de organização todos os valores patrimoniais devem ser revestidos ou trabalhados para uma melhoria social.

A gestão contábil do terceiro setor é descrita de acordo com os autores acima, como um patrimônio com personalidade própria, unindo a prestação de serviços sem fins lucrativos à sua transparência, portanto retida nos balanços sociais e prestando contas estritamente iguais às demais.

Ao longo dos anos algumas alterações foram realizadas nas políticas envolvidas ou relacionadas as atividades contábeis nessas organizações, Albuquerque (2006) evidencia que tais procedimentos de alteração ou inclusão de novas finalidades ou requisitos impactou as ONGs e suas atividades junto a sociedade. Na visão do autor essa forma de organização ganhou uma maior relevância social, assim como teve uma valorização junto a mídia diante das ações ou atividades realizadas.

Devido a esse crescimento e desenvolvimento organizacional, percebeu-se a necessidade de promover instrumentos para gerenciar ou padronizar todas as ações realizadas pelo terceiro setor. Uma forma de regulamentar os pontos que se tornam obrigatórios e devem

ser respeitados por profissionais e administradores, bem como promover um conhecimento mais detalhado de como a gestão deve ser realizada para evitar possíveis transtornos em suas atividades básicas.

Cabe mencionar que todos os procedimentos adotados pelos órgãos gestores e reguladores visam conferir maior estabilidade às instituições ou organizações que exerçam atividades no terceiro setor, razão pela qual é fundamental a observação e cumprimento das normas regulamentadoras e da legislação sobre as atividades do terceiro setor.

A designação “Terceiro Setor” tem sido referida aos serviços públicos de interesse geral onde predomine a finalidade social sem fins lucrativos. Tais serviços têm, portanto, caráter social ou civil e escapam às regras da livre concorrência. Para tanto, o Estado pode manter o controle desta atividade pública controlando-a e executando-a diretamente, ou pode simplesmente controlá-la através da delegação de direitos de gestão em entidades privadas, desde que tal se justifique pelo princípio da não discriminação.

Acontece que tais atividades têm sido exploradas em muitos serviços que antes eram apenas “não econômicos”, uma dinâmica de exploração econômica baseada no sistema de subsídios públicos, como ocorre com a destinação de recursos para organizações não governamentais. Por esta razão, muitas vezes tem havido um processo de contratação pública para a gestão de serviços seguindo o procedimento padrão de publicidade, igualdade e livre concorrência na adjudicação do contrato de gestão (HEILMANN, 2010).

Um ponto relevante levantado por alguns pesquisadores refere-se ao controle pela administração pública de serviços gerais cujo cerne é a solidariedade e a cidadania, que permanecem sempre de interesse público (serviços sociais e culturais) e, neste caso, quando estão nas mãos de indivíduos, a dimensão econômica pode ser dinâmica, uma vez que é dada prioridade à ajuda aos mais necessitados, devido à falta de capacidade econômica do beneficiário e da família, ou mesmo no que diz respeito ao atendimento de pessoas sem autonomia ou em risco de marginalização.

Satisfeitas estas prioridades, o estabelecimento privado de assistência social pode, sempre que o seu equipamento e capacidade técnica o permitam, prestar assistência a pessoas cujas despesas possam ser suportadas pelos familiares em virtude da sua situação econômica, nos termos determinados e acordados.

Considera-se que não há nada de recente na atribuição da execução de serviços públicos de assistência social ou de saúde a entidades privadas sem fins lucrativos, pois uma investigação histórica desta atividade permitiria outra monografia tendo em conta o alcance que tem vindo a ser demonstrado e a valores de acesso dos cidadãos aos serviços universais como objetivos de igualdade e solidariedade; porém, o que é relevante nesta rica temática neste contexto de projeção administrativa em termos de serviços públicos, é que o terceiro setor implica hoje uma nova concepção de Administração Pública, e tem exigido uma nova regulamentação em torno dela. Uma redistribuição das tarefas e controle das organizações que intervêm massivamente neste segmento do serviço público; caso contrário, o papel do terceiro setor afeta até mesmo os serviços essenciais que ainda estão sob tutela do Estado (previdência e saúde) (HEILMANN, 2010).

A necessidade de conter os gastos públicos levou a administração estadual a distribuir sua função pública, patrimônio liberal, que se dividia em três partes: a) uma parte destinada à exploração econômica do mercado; b) outras funções públicas limitadas aos serviços sociais; por fim, c) preservando a terceira função de controle público e parte da execução de funções de interesse geral (HEILMANN, 2010).

Em conclusão, consideramos que a consequência desta nova plasticidade dos serviços públicos também se manifesta como um problema, a nosso ver tão extenso quanto o número de entidades privadas (também denominadas entidades intermediárias ou simples “contratantes”) em torno da fiscalização do funcionamento dos serviços do terceiro setor. Tal atribuição delegada a toda a sociedade civil, norteada pelos princípios da continuidade, transparência, publicidade e eficiência, esbarra em mais um desafio: a própria Administração Pública aumentar o aparato de 'fiscalização'.

Do ponto de vista contábil, vale destacar os esforços do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em integrar e consolidar as normas brasileiras de contabilidade técnica para o terceiro setor, com a recente disponibilização da norma para entidades sem fins lucrativos (NBC TE), com o objetivo de estabelecer pontos mais específicos destinados às organizações desses serviços, desta forma seus dados financeiros, patrimoniais e outras informações podem ser mensurados de forma positiva e favorável para uma observação de como está a situação financeira, comercial e econômica.

Dada a importância do instituto fundador, Grazioli (2011) destaca a necessidade urgente de norma jurídica específica, no caso brasileiro, que regule a atuação das fundações, oferecendo princípios próprios e garantindo segurança aos dirigentes das fundações, entidades fundadoras, órgãos de controle e fiscalização, beneficiários da ação social desenvolvida e sociedade civil.

As associações e fundações devem manter contabilidade organizada, bem como manter pelo prazo de dez anos a guarda de todos os documentos que comprovem a origem e aplicação de seus recursos, controles internos que comprovem a prestação de serviços assistenciais e o cumprimento de obrigações acessórias, e as principais para órgãos de controle (MACHADO, 2014).

De acordo com Paes (2004), a regulamentação apresentada pela Lei 9.790/1999 visa apresentar determinadas características que devem ser respeitadas pelos contadores ou outros profissionais da área administrativa. Graças a este regulamento, torna-se possível uniformizar a forma como as informações devem ser apresentadas no relatório contabilístico, bem como determinadas informações financeiras devem ser descritas ao longo destes.

A padronização e descrição de como as informações públicas administrativas devem ser apresentadas pelas organizações, a fim de promover um melhor entendimento das ações realizadas pelos órgãos públicos ou pelos servidores públicos e profissionais públicos. Mostrar como e quais áreas foram mais movimentadas durante o período do exercício público, o que pode impactar ainda mais no reporte de informações e na prestação de contas mais ativa dos órgãos públicos.

As normas brasileiras de contabilidade (NBCT), mencionada por Paes (2004), foram revogadas e substituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409 de 2012, que aprovou o ITG 2002, que trata das entidades sem fins lucrativos sem fins lucrativos e edição 1.305 de 2010, que trata dos subsídios e auxílios governamentais à NBC TG 07 (MACHADO, 2014).

#### 2.4 Controle Financeiro Nas Organizações Não Governamentais

Dentre os procedimentos que podem ser realizados a partir das informações apresentadas e observadas através do fluxo de caixa, se destaca o planejamento financeiro. O mesmo tem sido muito aplicado dentro das empresas, como uma forma de promover o controle

de todas as movimentações financeiras realizadas pela empresa, assim como uma forma de determinar quais os valores que podem ser gastos ao longo de um determinado período.

Para Gitman (2014), o planejamento financeiro pode ser considerado como parte importante do trabalho do administrador, através de planos e orçamentos financeiros para atingir os objetivos da empresa. Esses instrumentos oferecem uma estrutura para coordenar e atuar nas diversas atividades como mecanismos de controle, estabelecendo um padrão de desempenho contra o qual é possível avaliar os eventos reais.

O processo de controle de contas a pagar foi idealizado como algo a auxiliar a gestão empresarial nas práticas de pagamentos, tendo o mesmo a responsabilidade de relatar diariamente as obrigações da empresa no que se refere a pagamentos. Buscando estabelecer um padrão de pagamento de acordo com os valores apresentados no caixa da mesma.

O controle de contas a pagar, conforme orienta Santos (2015), proporciona uma visão global dos compromissos assumidos pela empresa, permitindo acompanhar os pagamentos a serem realizados em determinado período. Complementa Attie (2021, p. 89) que “[...] um controle interno apropriado para uma gestão eficiente de contas a pagar está totalmente ligado à avaliação de melhores oportunidades ou de assumir novos compromissos, estabelecendo prioridade nos pagamentos”.

O controle de contas a receber visa apresentar aos gestores e administradores o montante que a empresa tem a receber de seus clientes, investidores e demais. Podendo de essa forma ser elaborado os procedimentos e planejamentos financeiros, uma vez que o controle de contas a receber apresenta uma projeção dos valores que devem entrar no caixa da empresa durante determinado período.

Iudícibus e Marion (2018) afirmam que as contas a receber provenientes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes, representam um dos ativos mais importantes das empresas.

O mesmo também apresenta um relatório dos clientes inadimplentes e dos valores a serem encaminhados para protesto devido ao grande tempo de atraso, tais procedimentos auxiliam a gestão no conhecimento de com quem a mesma deve evitar ter alguma relação comercial.

Para que não seja prejudicada nenhuma das partes, em geral os gestores da empresa realizam acordos e concedem descontos aos clientes que os procuram para esclarecer o motivo

da não quitação da dívida em aberto com a empresa. Sendo feito um acordo favorável e aplicável financeiramente para ambos os lados.

O Planejamento Financeiro torna-se uma ferramenta importante para quantificar em termos financeiros os anseios declarados no Planejamento Estratégico, nos Planos Táticos e Operacionais. Além disso, indica caminhos que levam a alcançar os objetivos da empresa, tanto em curto como em longo prazo, cria mecanismos de controle que envolvem todas as suas atividades operacionais e não-operacionais. (TOFOLI, 2018)

Esse pode ser considerado um do importante planejamento a serem realizados e observados por parte das empresas, uma vez que concede uma supervisão mais aprofundada do que está sendo realizado financeiramente e dos possíveis impactos que podem ser provocados dentro das rotinas produtivas ou administrativas das empresas.

Por meio das informações obtidas através das rotinas financeiras os gestores podem acompanhar os ganhos e os gastos dentro das suas rotinas, analisando quais podem ser melhorados diante das atividades executadas pela empresa. Sempre comparando as receitas com as despesas ou gastos proferidos pelas atividades ao longo do tempo.

Observando as informações destacadas ao longo do quadro teórico pode-se mensurar a importância do controle financeiro, assim como dos métodos ou procedimentos realizados pela gestão financeira a fim de obter um rendimento mais eficaz das transações ou ações financeiras realizadas pela organização em suas atividades.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho é a descritiva, análise detalhadas do objetivo estudado, sendo investido na coleta de dados qualitativos e nas informações quantitativas, sem a interferência do autor, que descreve os fundamentos da pesquisa baseados na procura realizada, na classificação dos fatos e análise.

Com relação a abordagem do problema, o caráter é qualitativo, pelo lado que se estudam fluxos e sistemas de trabalhos utilizados no financeiro e na contabilidade de uma entidade sem fins lucrativos.

De acordo com Guth e Pinto (2007), o artigo descritivo, geralmente é desenvolvido nas ciências sociais e humanas, e os autores realizam métodos formais como formas de projetos experimentais. E é feito de forma intensiva, concentrando os esforços em um problema específico, fazendo assim, que os resultados também sejam específicos, não se generalizando a outros objetos e fenômenos.

## **CONCLUSÃO**

Pensar em contabilidade nos dias atuais significa tomar consciência de que as organizações precisam de um sistema de informações integradas, que demonstrem fielmente a situação da empresa e também forneça dados prospectivos e que possam ser utilizados para projeções. Seguindo esse raciocínio, entende-se o fluxo de caixa como uma ferramenta

dinâmica e que sem dúvidas merece destaque, devido a sua importância. Em suma, controlar as entradas e saídas de recursos monetários facilita ao administrador do negócio monitorar as receitas e despesas, o que auxilia no planejamento da administração de toda a organização.

Conclui-se que sem o demonstrativo de fluxo de caixa há muita dificuldade por parte do gestor em administrar o seu empreendimento, sendo impossível estimar a liquidez da empresa, levantar dados e demais informações necessárias que permitem o planejamento da administração, bem como o controle dos recursos excedentes que permitem o crescimento da mesma.

Com o fluxo de caixa aplicado na administração das empresas, o gestor será capaz de realizar a previsão de recebimentos e pagamentos, planejando de uma forma segura suas operações financeiras futuras. O crescimento de um negócio se baseia na capacidade de pagar suas despesas em dias e priorizar suas receitas operacionais sendo superiores aos seus custos operacionais, e a falta da elaboração desta ferramenta o planejamento e controles dificulta a tomada de decisões para o crescimento do empreendimento.

Dessa forma concluir-se que o controle financeiro e contábil são importantes aliados da gestão, concedendo aos administradores uma oportunidade de compreender, avaliar e supervisionar os pontos de maior impacto na continuidade de um empreendimento. Apresentando também uma base para possíveis planejamentos envolvendo a evolução das atividades ou das rotinas empresariais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de Organizações**. 2ª Ed. São Paulo: Summus 2006.

ALVES, O. A. **A Contabilidade aplicada nas Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas.** 2002. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30363672.pdf>>

BERTI, Anélio. **Contabilidade Gerencial.** 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRUZ, C. V. O. A. **Efeitos da divulgação de informações contábeis econômicas sobre as doações individuais para entidades do Terceiro Setor: um estudo experimental com alunos de Ciências Contábeis.** 2008.

GITMAN, Lawrence j. **Princípios de administração financeira.** São Paulo: Pearson Education do Brasil. 10. ed. 2014.

GRAZZIOLI, A. **Fundações privadas: das relações de poder à responsabilidade dos dirigentes.** São Paulo: Atlas, 2011.

GUTH, Sergio Cavagnoli e PINTO, Marcos Moreira. **Desmistificando a produção de Textos Científicos com os Fundamentos da Metodologia Científica.** Metodologia científica para principiantes. São Paulo: Scortecci, 2007

HADDAD, Fernando. Terceiro setor e economia solidária. Folha de São Paulo. 28 de dezembro de 2019, 1-35.

HEILMANN, Maria de Jesus Rodrigues Araújo. **Globalização e o Novo Direito Administrativo.** Curitiba: Juruá Editora, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores – para as áreas de administração, economia, direito e engenharia.** 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, Franciane Gonçalves. **A contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento das entidades do terceiro setor: o caso ACACCI.** 2003. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social.** 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2013.

MELO, T. L.; et al. **Transparência da informação contábil: um estudo sobre a prestação de contas em uma entidade do Terceiro Setor na cidade de Maceió**. 2010.

OLAK, P.A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor**. 3 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

OLIVEIRA, L. M. **Introdução à Contabilidade**, Editora Futura, 2000.

PAES, José Eduardo Sabô. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 5.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

PAES, José Eduardo Sabô. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 7.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2014.

SÁ, A. L. de. **A Evolução da Contabilidade**. São Paulo: IOB, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Introdução às Ciências Contábeis**. São Paulo: Tecnoprint, 2017.

SANTOS, Cosme dos. **Guia Prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC**. Curitiba: Juruá, 2015.

SILVA, V. da. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do terceiro setor**. 2009. 79 fls. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291387.pdf>> Acessado em: 08 set. 2020

SILVA, J. C. dos S. **Contabilidade no Terceiro Setor: Uma análise da percepção dos alunos de Ciências Contábeis do Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES - Caicó/RN**. 2015. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015. Disponível em: <[https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1899/1/ContabilidadeNoTerceiroSetor\\_Silva\\_2015](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1899/1/ContabilidadeNoTerceiroSetor_Silva_2015)> Acessado em: 08 set. 2020

SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. V. 20 N. 2, Summer 2011, pp.137-50.

SZUSTER, N; CARDOSO, L.R. **Contabilidade Geral: Introdução a contabilidade societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TÓFOLI, I. **Administração financeira empresarial: uma tratativa prática**. Campinas: Arte Brasil, 2018.